

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 20 de março de 2024.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos

OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini

OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Janeiro/2024



Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DA EMPRESA.....	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	6
2.2. DA SITUAÇÃO DA RECUPERANDA.....	9
3. CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS (UPI'S)	10
4. VISÃO GERAL DAS RECUPERANDAS	12
4.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	12
4.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	18
4.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	18
5. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	19
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL	20
5.1.1. Disponibilidades.....	20
5.1.2. Contas a Receber.....	21
5.1.3. Estoques	21
5.1.4. Ativo Biológico.....	22
5.1.5. Investimentos	22
5.1.6. Outros Créditos.....	23
5.1.7. Imobilizado	24
5.1.8. Fornecedores.....	26
5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas	26
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos.....	27
5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	27
5.1.12. Passivo Tributário.....	28
5.1.13. Contas a Pagar – PRJ.....	30
5.1.14. Partes Relacionadas.....	30
5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31
5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas	31
5.2.2. Custo de Vendas.....	32
5.2.3. Margem de Contribuição e Despesas Operacionais	32
5.2.4. Resultado Operacional	33
5.2.5. Resultado Financeiro	33



5.2.6.	Resultado Líquido.....	34
5.3.	DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA.....	35
5.3.1.	Atividades Operacionais.....	35
5.3.2.	Atividades de Investimento.....	36
5.3.3.	Atividades de Financiamento.....	37
5.4.	ÍNDICES E INDICADORES.....	37
5.4.1.	Liquidez Corrente.....	37
5.4.2.	Liquidez Geral.....	38
5.4.3.	Endividamento.....	39
6.	PASSIVO CONCURSAL.....	40
7.	ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
8.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL.....	42
9.	ANEXOS.....	43



Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos.
Receita Líquida	Se trata do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos e devoluções.
Custo de Vendas	São os gastos diretamente ligados à produção, como matéria-prima, materiais auxiliares e mão-de-obra.
Margem de Contribuição ou Lucro Bruto	Por margem de contribuição entende-se o valor que a operação da empresa gera após deduzir os impostos e os custos de vendas. Esse valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações – representa a geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de juros incorridos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações, e ganhos obtidos no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente à operação executada pela empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados à operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado.
Resultado Líquido	Se trata de resultado final da empresa, depois de contabilizados todos os fatores ocorridos no exercício.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação da sua crise, de forma a resguardar e maximizar sua função social, seja como entidade geradora de bens e recursos, seja como provedora de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas recuperandas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das recuperandas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas recuperandas, de modo que estas devem estar cientes de que têm exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constatare qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.



Com base nos dados que aqui serão apresentados, analisaremos a capacidade das empresas, no presente momento e contexto, de honrar suas responsabilidades, tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

A partir do mês de agosto/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira passou a disponibilizar demonstrações financeiras combinadas, refletindo, portanto, a situação patrimonial e financeira combinada das empresas que integram o Grupo, assim como o resultado combinado de suas operações.

O atual relatório retratará as informações disponibilizadas, pelas recuperandas, entre os meses de fevereiro/2023 a janeiro/2024.

2. Do cenário econômico e da situação da empresa

O objetivo deste tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica das recuperandas, visando, assim, uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação combinada das recuperandas².

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa à situação de crise econômico-financeira.

² Detalhado pela própria recuperanda.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pelas recuperandas, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica, bem como, da atual situação do setor desenvolvido.

Segundo o relatório Focus do Banco Central divulgado na data de 15/03/2024, estima-se que o PIB brasileiro crescerá 1,80% neste ano, sendo que para o próximo ano a expectativa ficou em 2,0% nesta semana.

A previsão para o câmbio⁴ é de R\$ 4,95/US\$. Para o ano de 2025, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 5,00/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para aquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo, diz respeito a Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2024 passou de US\$ 82,00 bilhões, na semana anterior, para US\$ 80,98 bilhões. Em relação ao ano de 2025, a expectativa – também de superávit – passou de US\$ 74,55 bilhões para US\$ 74,10 bilhões.

Em relação à taxa básica de juros (Selic), a mediana das projeções para 2023 é de 9,00% ao ano ao ano no final de 2024, segundo especialistas.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2024 passou de 3,77% para 3,79% nesta semana, enquanto para 2025, a projeção é de 3,52%.

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos setores.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos setores.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), na segunda quinzena de janeiro/2024, a moagem de cana-de-açúcar na região Centro-Sul totalizou 714,01 mil de toneladas⁵, sendo 21 unidades⁶ em operação.

Enquanto a produção de açúcar totalizou 28,05 mil toneladas⁷, a produção de etanol foi de 313,39 milhões de litros⁸.

No acumulado da safra 2023/24, a moagem atingiu 646,05 milhões de toneladas⁹ – portanto, 18,95% superior ao mesmo período no ciclo 2022/23 cuja moagem foi de 543,14 milhões de toneladas.

Desde 1º de abril, a fabricação de adoçante totaliza 42,13 milhões de toneladas, enquanto a fabricação do biocombustível totalizou 32,11 bilhões de litros, sendo 19,23 bilhões de etanol hidratado e 12,88 bilhões de litros de etanol anidro.

⁵ Vale observar que no mesmo período no ano anterior foram processadas 307,30 mil de toneladas de cana-de-açúcar.

⁶ Destas, 6 unidades com processamento de cana-de-açúcar, sete empresas que fabricam etanol a partir do milho e oito usinas flex.

⁷ Representando assim um aumento de 968,48% quando comparada a safra 2022/23.

⁸ Do volume produzido, o etanol hidratado alcançou 218,96 milhões de litros, enquanto a de etanol anidro totalizou 94,43 milhões de litros.

⁹ Atingindo 139,54 kg de ATR por tonelada nesta safra.

Considerando o acumulado da safra 2023/24, a comercialização de etanol soma 26,95 bilhões de litros, sendo 16,27 bilhões de litros de etanol hidratado e 10,68 bilhões de etanol anidro.

2.2. Da situação da recuperanda

Em seus Relatórios Operacionais, as recuperandas apresentam dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito de sua atual situação. Nesse sentido e, segundo as recuperandas, durante o período de novembro/2023 a janeiro/2024, dada a situação de preços praticados no mercado sucroalcooleiro, tornou-se mais vantajoso a produção de açúcar do que do álcool. Abaixo reproduzimos os comentários das recuperandas relativos ao meses de novembro/2023 a janeiro/2024:

Nas cotações do dia 22/11/23 o mercado do Açúcar e do Etanol Hidratado, estava mais vantajoso produzir Açúcar do que produzir o Açúcar, pois o Etanol Hidratado estava remunerando R\$76,70/saco equivalente e o Açúcar no mercado externo R\$ 143,24/saco conforme demonstrado abaixo.

Nas cotações do dia 18/12/23 o mercado do Açúcar e do Etanol Hidratado, estava mais vantajoso produzir Açúcar do que produzir o Açúcar, pois o Etanol Hidratado estava remunerando R\$67,08/saco equivalente e o Açúcar no mercado externo R\$ 111,51/saco conforme demonstrado abaixo.

Nas cotações do dia 20/01/24 o mercado do Açúcar e do Etanol Hidratado, estava mais vantajoso produzir Açúcar do que produzir o Açúcar, pois o Etanol

Hidratado estava remunerando R\$77,57/saco equivalente e o Açúcar no mercado externo R\$ 119,95/saco conforme demonstrado abaixo.

3. Criação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI's)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado, em 30 de janeiro de 2023, foram criadas as seguintes Unidades Produtivas Isoladas (UPI's):

1. UPI Usina Catanduva Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”.

2. UPI Usina Itapira Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”.

3. UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”.

4. UPI Usina Monções Ltda.



A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”.

5. UPI Terras Parte I Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

6. UPI Terras Parte II Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

7. UPI Imóveis Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

8. UPI Imóveis Urbanos Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.



Todas essas novas sociedades possuem como administradores diretores a Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho. O capital social inicial de cada uma delas é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), realizado em moeda corrente. Esse capital será alterado futuramente por ocasião dos aportes de capital com bens de seus quotistas investidores, tudo conforme aprovado no Plano de Recuperação Judicial das recuperandas.

4. Visão geral das recuperandas

Neste ponto, será apresentada a composição societária da empresa, assim como, eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver), com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

4.1. Grupo Virgolino de Oliveira

A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO), se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.

01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural



Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	35.075.311,31

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	28.850.352,92

03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000



Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Capital Social (R\$)	114.401.414,00

04 - VI	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	455.000.000,00

05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	813.334.000,00

06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00

07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S A ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A



Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	23.208.717,58

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	1,00

De acordo com os autos, foram citadas as seguintes filiais:

- Da Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74
- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64
- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/0043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:



09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO



Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

4.2. Da composição societária

A Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool tem como acionistas a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, com participação de 61,78% do seu capital, sendo o restante de propriedade de pessoas físicas. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, a Usina Catanduva S.A e a RO Serviços Agropecuários S/A têm como acionistas pessoas físicas. As demais empresas do Grupo têm seu capital social majoritariamente detido, direta ou indiretamente, pela Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool.

4.3. Da estrutura organizacional

As recuperandas possuem a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar Álcool	Agropec Nossa Sra. Do Carmo	Açucareira VO	Agropec Terras Novas	Total GVO
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Fev/23	63	122	22	56	263
Mar/23	61	122	22	55	260
Abr/23	61	122	22	55	260
Mai/23	0	0	0	0	258
Jun/23	60	121	22	55	258
Jul/23	57	115	22	50	244



Ago/23	54	111	22	48	235
Set/23	54	111	22	48	235
Out/23	55	110	22	48	235
Nov/23	56	114	22	48	240
Dez/23	76	117	22	48	263
Jan/24	115	137	22	47	321

O quadro de funcionários apresentou aumento de cinquenta e oito funcionários no mês de janeiro/2024, finalizando o período com trezentos e vinte e um.

5. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o Pronunciamento 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Tendo em vista o fato de que as recuperandas passaram a disponibilizar suas demonstrações contábeis de forma combinada a partir de agosto/2023, toda a situação patrimonial e financeira individual das empresas que compõem o Grupo até o mês de julho/2023, assim como o resultado individual das operações de cada



empresa, poderão ser encontrados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de julho/2023.

Cabe ressaltar que o exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano¹⁰.

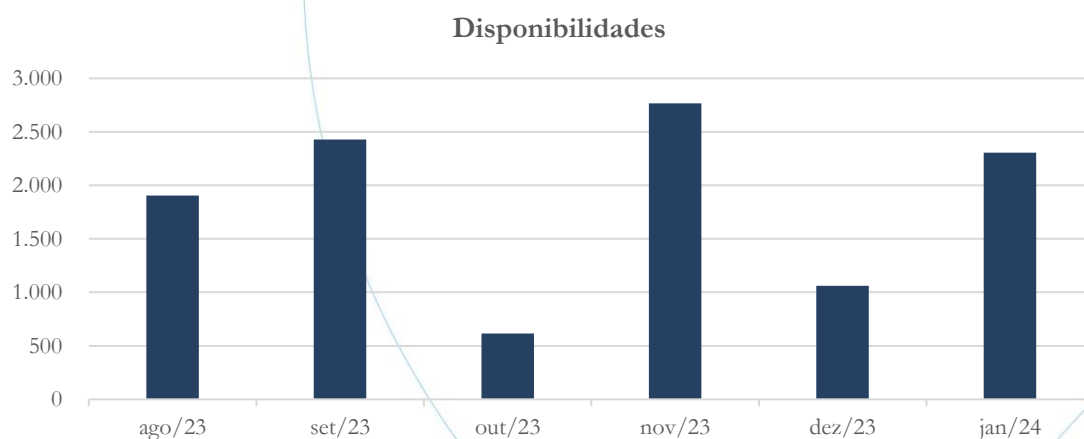
Todos os dados extraídos das demonstrações financeiras do Grupo GVO estão sendo apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar de forma qualitativa e quantitativa – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira da empresa.

5.1.1. Disponibilidades

Gráfico 1

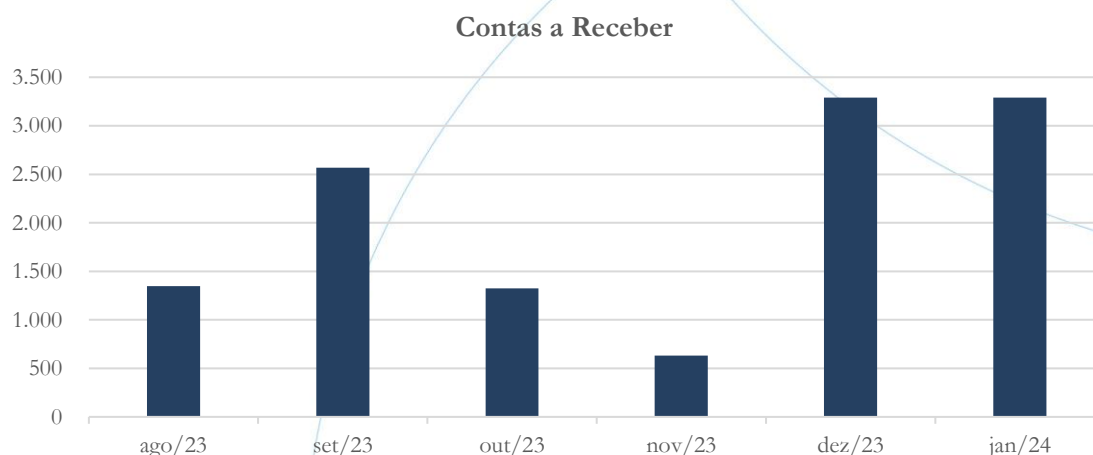


¹⁰ Com exceção aos proprietários rurais que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal.

O saldo das disponibilidades apresentou oscilação ao longo do período sob análise. Em outubro/2023, as recuperandas contabilizavam R\$ 614 mil e em janeiro/2024 registravam R\$ 2.305 mil em caixa.

5.1.2. Contas a Receber

Gráfico 2

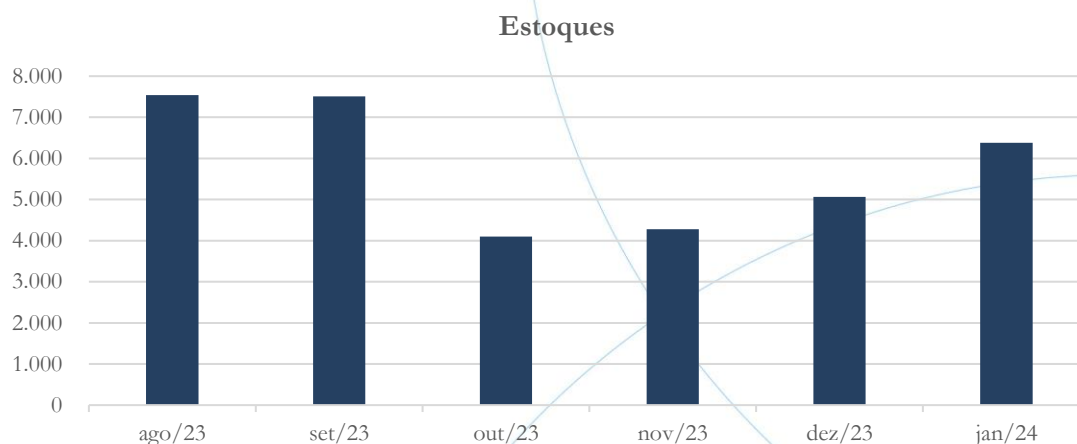


O saldo das contas a receber em novembro/2023 apresentou diminuição de 52,15% quando comparado a outubro/2023, totalizando R\$ 633 mil. Este saldo apresentou elevação no mês de dezembro/2023, atingindo R\$ 3.290 mil, como resultado de vendas nesse mês pela Agropecuária N. Sra. Do Carmo, no valor de R\$ 2.655 mil, mantendo-se inalterado em janeiro/2024.

5.1.3. Estoques



Gráfico 3



Os estoques do Grupo, entre os meses de novembro/2023 até janeiro/2024, demonstram aumento constante, finalizando o último mês em análise em R\$ 6.382 mil. Os estoques mantidos pela GVO compreendem essencialmente bens em almoxarifado. Solicitamos esclarecimentos sobre as razões que justificam o aumento deste saldo ao longo do período.

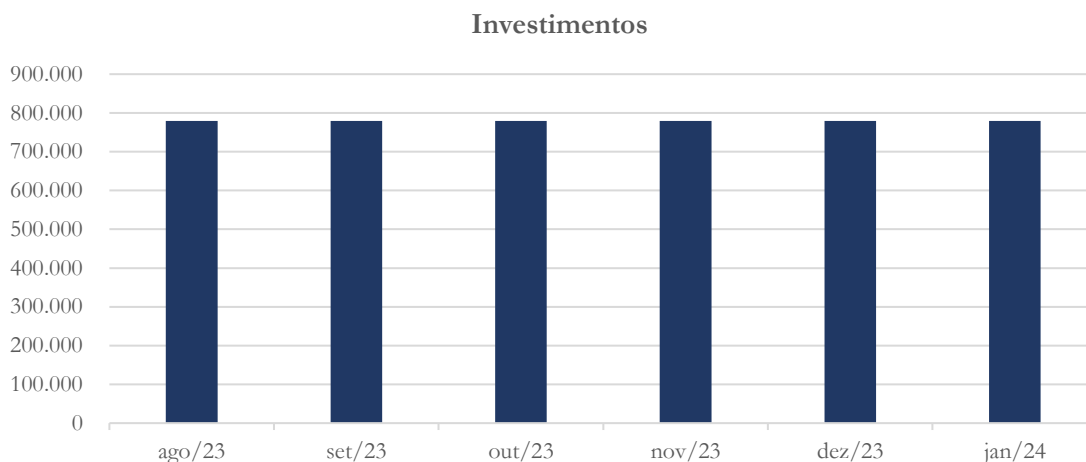
No relatório anterior, solicitamos esclarecimentos às recuperandas sobre as razões para a redução dos estoques entre setembro/2023 para outubro/2023, no montante de R\$ 3.411 mil, o que até o momento não foi atendido, razão pela qual, reiteramos nossa solicitação.

5.1.4. Ativo Biológico

O Grupo não apresenta qualquer saldo de ativos biológicos.

5.1.5. Investimentos

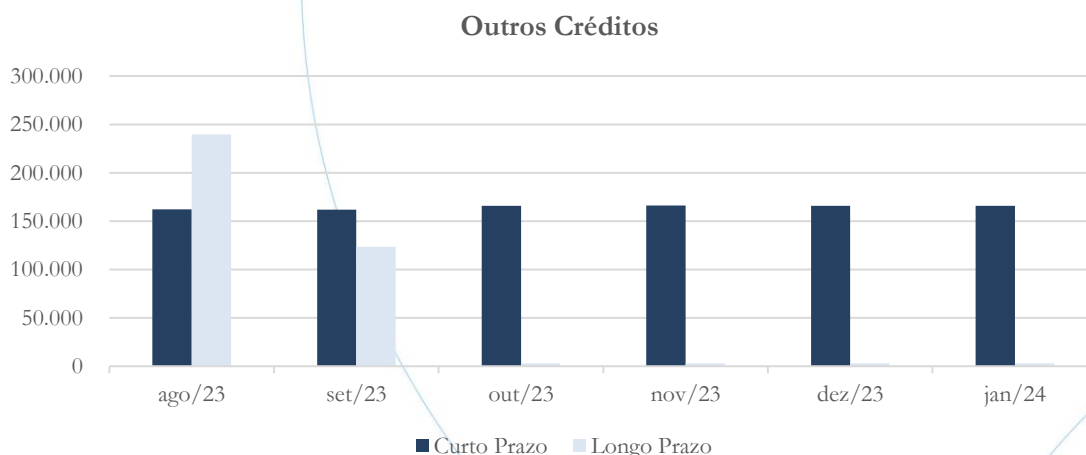
Gráfico 4



O saldo de investimentos permanentes apresenta-se constante, no valor de R\$ 778.943 mil. Este valor refere-se, em sua maior parte, a ágio registrado pela Agropecuária N. Sra. do Carmo na subscrição de capital na Agropecuária Terras Novas S.A. (R\$ 760 milhões).

5.1.6. Outros Créditos

Gráfico 5





Em agosto/2023, o Grupo mantinha saldo de outros créditos no valor de R\$ 401,7 milhões, sendo R\$ 162,0 milhões registrados no ativo circulante e R\$ 239,7 milhões no ativo realizável a longo prazo. Este saldo vem se reduzindo desde então, e totaliza, em janeiro/2024, R\$ 169,1 milhões, R\$ 165,9 milhões dos quais registrados no ativo circulante e os R\$ 3,1 milhões remanescentes no ativo realizável a longo prazo.

De acordo com as recuperandas, a categoria outros créditos diz respeito a direitos creditórios contra a União Federal, os quais encontram-se *representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.*

Tendo em vista a natureza deste crédito e sua redução ao longo do período, solicitamos às recuperandas que esclareçam quanto à forma de sua realização.

5.1.7. Imobilizado

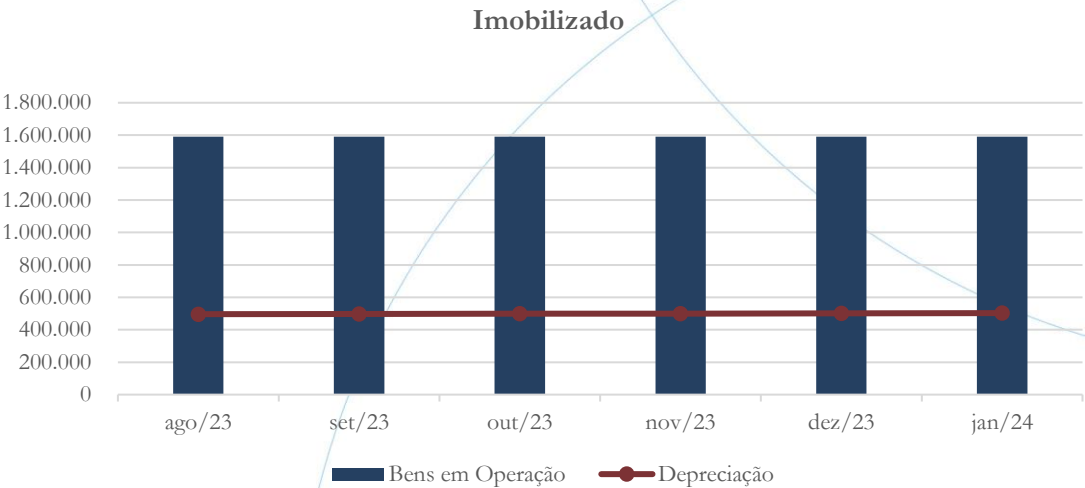
A lei 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66, aponta que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de

Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

O saldo do imobilizado é demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 6



O saldo dos bens em operação mantém-se sem alterações durante o período. Já as depreciações acumuladas registram constante e pequeno aumento de 0,27%, finalizando janeiro/2024 com saldo de R\$ 502,7 milhões.

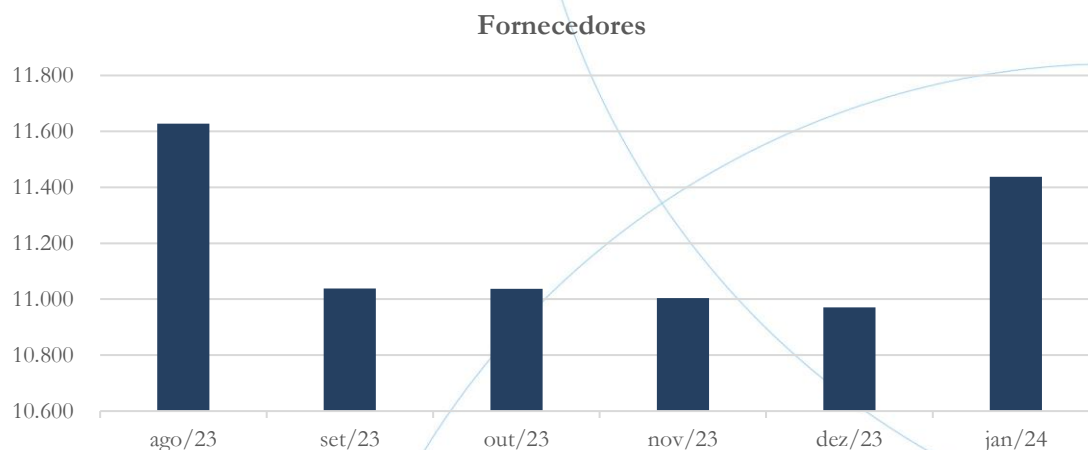
A tabela abaixo apresenta a composição do custo do imobilizado:

Composição do Imobilizado	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	153.913	153.913	153.913	153.913	153.913
Terrenos e propriedades	43.650	43.650	43.650	43.650	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	90.186	90.186	90.186	90.186	90.186
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	380.888	380.888	380.888	380.888	380.888
Móveis e utensílios	9.163	9.163	9.163	9.163	9.163	9.163
Obras em andamento	15.812	15.812	15.812	15.812	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	877.278	877.278	877.278	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	19.462	19.462	19.462	19.462	19.462
Total	1.590.352	1.590.352	1.590.352	1.590.352	1.590.352	1.590.352



5.1.8. Fornecedores

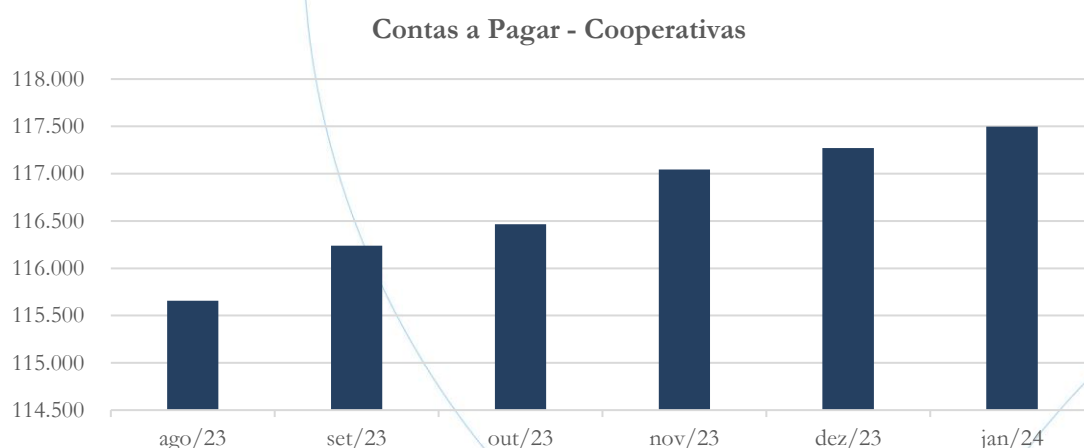
Gráfico 7



O saldo de fornecedores apresenta redução da ordem de 0,30% nos meses de novembro/2023 e dezembro/2023, com posterior aumento de 4,26% no mês de janeiro/2024, mês em que atingiu o patamar de R\$ 11,4 milhões.

5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas

Gráfico 8





Considerando o curto e longo prazo, o contas a pagar a cooperativas apresenta pequena elevação mensal entre agosto/2023, partindo de R\$ 115,6 milhões e fechando o período em R\$ 117,5 milhões.

Conforme reportado pelas recuperandas, os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que a o Grupo atuou como cooperado junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo.

5.1.10. Empréstimos e Financiamentos

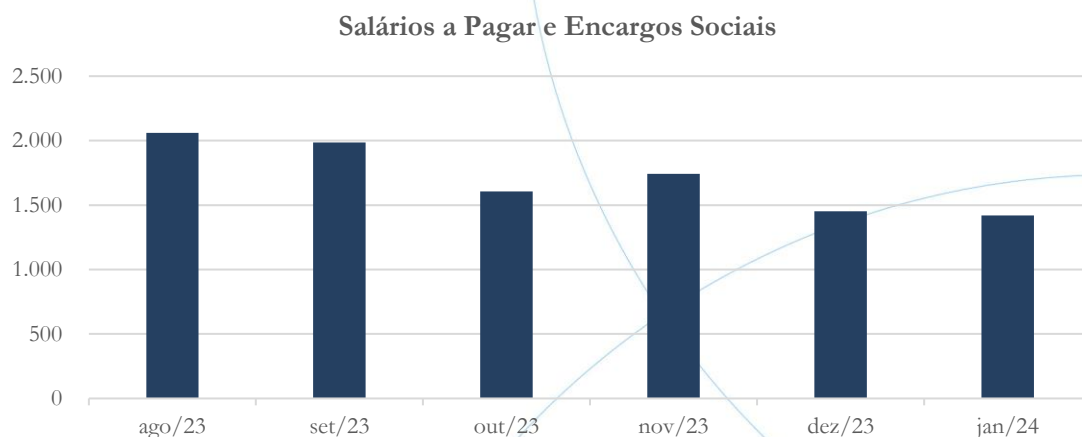
O Grupo passou a registrar saldo de empréstimos e financiamentos a partir de dezembro/2023, quando apresentou saldo de R\$ 6,2 milhões. Em janeiro/2024, este saldo totalizava R\$ 18,0 milhões. Referidas operações se concentram na Virgulino Oliveira S/A e se referem a operação com fundo de direitos creditórios.

Não há registro de operações de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante.

5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas



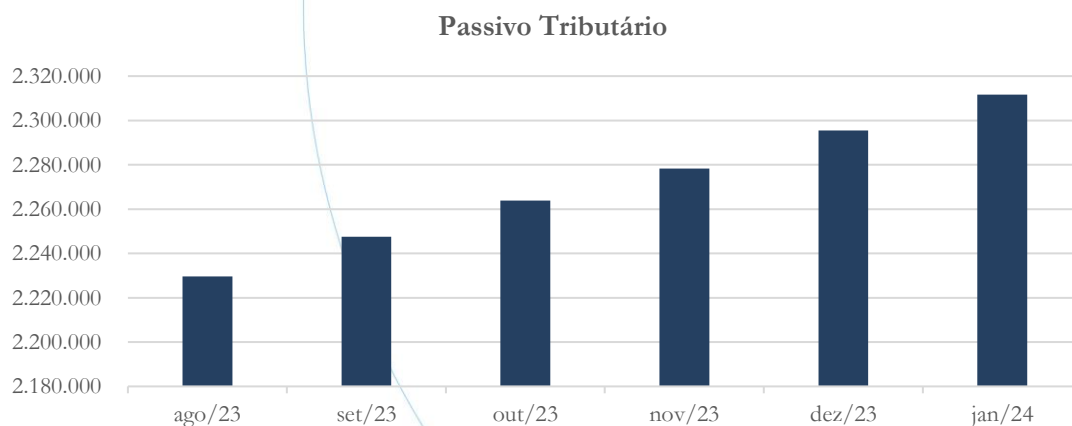
Gráfico 9



Conforme demonstrado no gráfico acima, os saldos de salários a pagar e respectivos encargos sociais apresentam crescimento de 8,42% de outubro/2023 para novembro/2023, seguido de diminuição de 16,63% em dezembro/2023 e de 2,24% em janeiro/2024, quando atingem o valor de R\$ 1,4 milhões.

5.1.12. Passivo Tributário

Gráfico 10





O saldo total dos passivos tributários registrados no passivo circulante apresentou aumento de 2,12% entre outubro/2023 e janeiro/2024, passando de 2.263,8 milhões, para R\$ 2.322,7 milhões.

O saldo do passivo tributário registrado no passivo não circulante apresenta saldo total de R\$ 276 mil em janeiro/2024.

A tabela abaixo sumaria os saldos dos tributos devidos, por natureza:

Passivo Tributário	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23	jan/24
Tributos Federais	731.175	738.729	745.855	752.593	759.312	765.911
Tributos Estaduais	679.285	684.280	688.900	693.784	696.602	700.946
Encargos Previdenciários	609.929	613.984	617.476	621.059	624.450	627.097
Taxas Associação de Fornecedores de Cana	127.341	128.176	128.882	129.609	130.333	130.981
Taxas	39.871	40.162	40.309	38.693	42.028	43.875
Tributos Municipais	6.276	6.323	6.371	6.418	6.487	6.491
Outros	35.791	35.904	36.001	36.184	36.279	36.376
Total	2.229.668	2.247.558	2.263.794	2.278.340	2.295.491	2.311.677

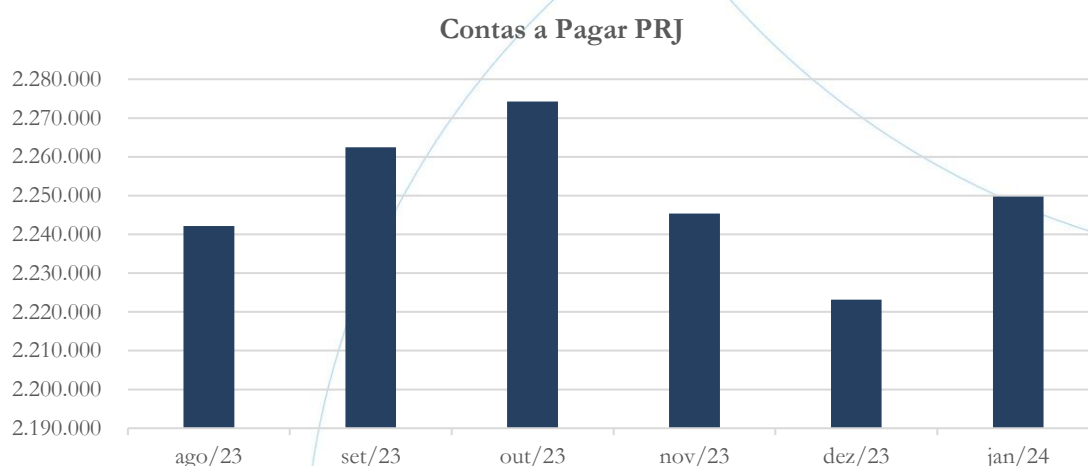
Conforme reportado pelo Grupo, em fevereiro/2023, foram firmados Termos de Transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio dos quais todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531. Além disso, haverá a possibilidade da utilização de saldos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.



5.1.13. Contas a Pagar – PRJ

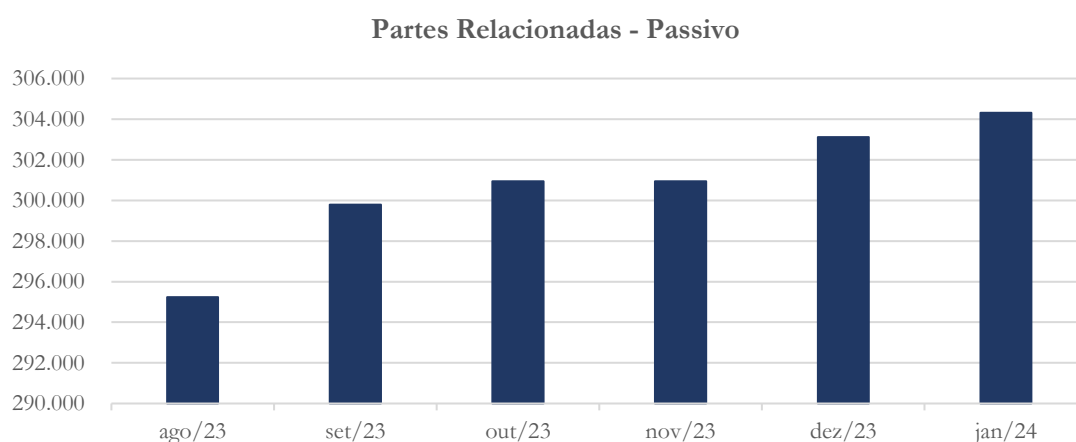
A recuperanda apresenta saldo de contas a pagar relacionado ao processo recuperacional no valor total de R\$ 2.274,3 milhões em outubro/2023, o qual apresentou redução de 1,08% em relação a janeiro/2024, quando atingiu R\$ 2.249,8 milhões. O gráfico abaixo apresenta a evolução desse saldo a partir de agosto/2023:

Gráfico 11



5.1.14. Partes Relacionadas

Gráfico 12





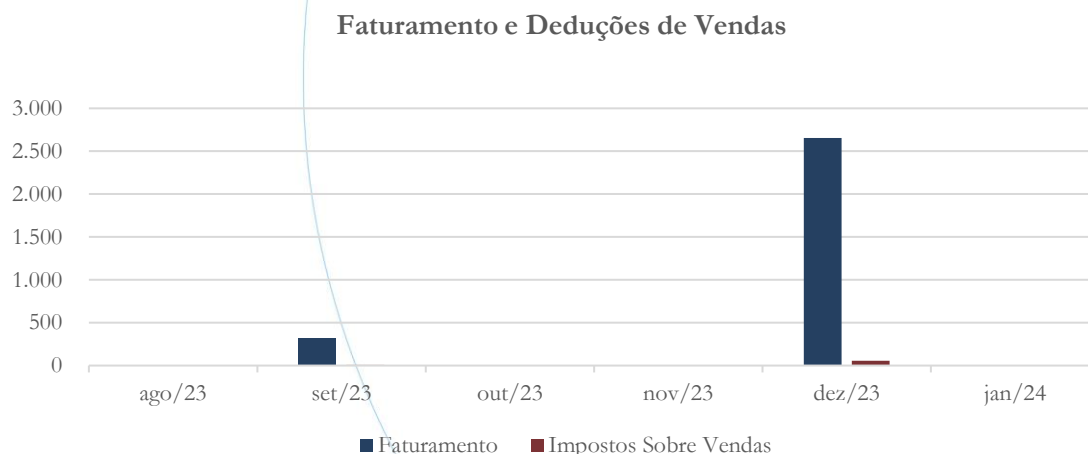
O saldo remanescente de transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis combinadas preparadas pelo Grupo se referem a transações com pessoas físicas, dentre elas sócios das empresas que compõem o Grupo.

5.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das atividades operacionais e não operacionais de uma empresa, permitindo visualizar assim se ela está gerando lucro ou prejuízo, em um determinado período.

5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas

Gráfico 13



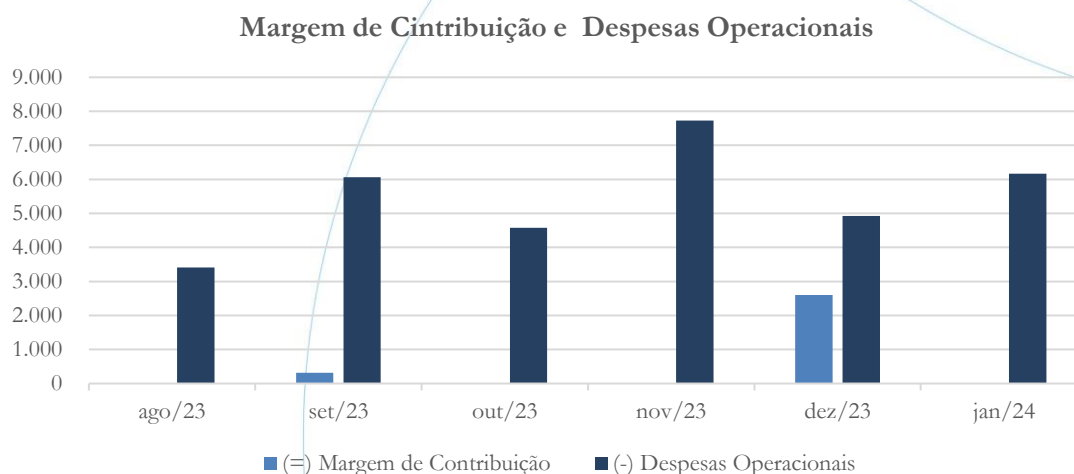
Como se verifica no gráfico acima, o Grupo não registrou faturamento nos meses de novembro/2023 e janeiro/2024. No mês de dezembro/2023 foram contabilizadas vendas de cana de açúcar, no montante de R\$ 2,6 milhões.

5.2.2. Custo de Vendas

O Grupo não registrou custo de vendas em todo o período compreendido entre agosto/2023 e janeiro/2024, exceto pelo mês de dezembro/2023, no qual se registraram R\$ 4 mil nesta rubrica.

5.2.3. Margem de Contribuição e Despesas Operacionais

Gráfico 14

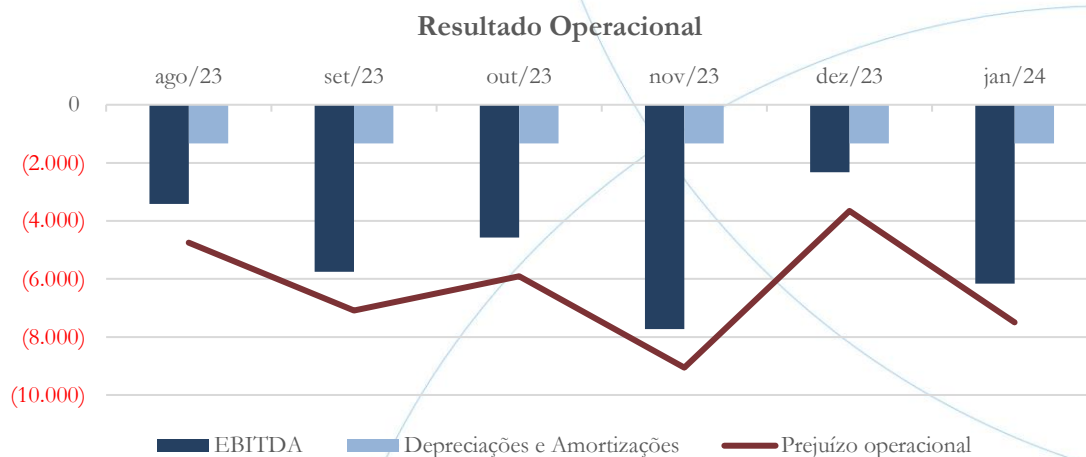


O Grupo apresentou margem de contribuição positiva, no valor de R\$ 2,6 milhões no mês de dezembro/2023 e R\$ 312 mil em setembro/2023, nada mais havendo nos demais meses do período sob análise.

As despesas operacionais apresentaram flutuação mensal ao longo do período compreendido entre agosto/2023 a janeiro/2024, totalizando R\$ 32,9 milhões, R\$ 18,8 milhões dos quais de novembro/2023 a janeiro/2024. As despesas operacionais se compõem substancialmente por despesas com pessoal de serviços prestados por terceiros

5.2.4. Resultado Operacional

Gráfico 15

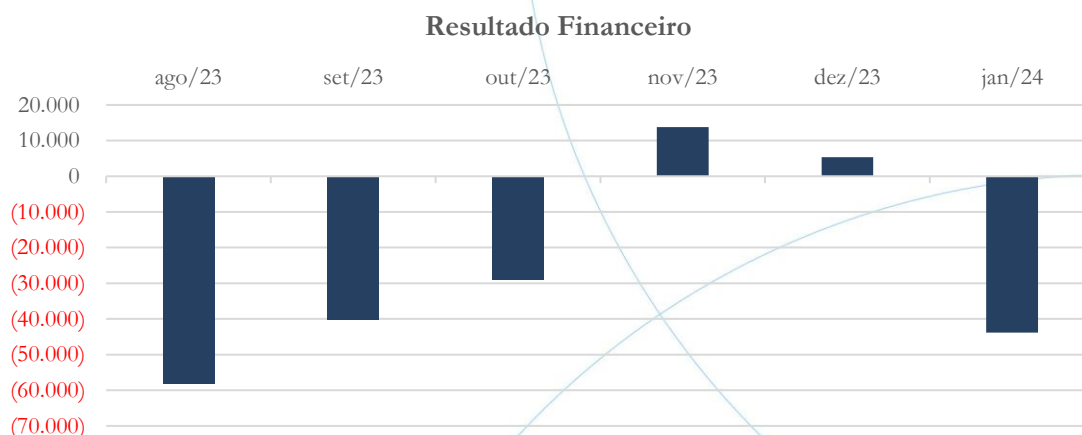


O Grupo apresenta EBITDA negativo em todo o período compreendido entre agosto/2023 a janeiro/2024, totalizando R\$ 29,9 milhões, R\$ 16,2 milhões dos quais entre novembro/2023 e janeiro/2024.

As depreciações e amortizações registradas em cada um desses meses se mantiveram estáveis, totalizando R\$ 8,0 milhões no período de 6 (seis) meses findo em janeiro/2024 (R\$ 4,0 milhões de novembro/2023 a janeiro/2024).

5.2.5. Resultado Financeiro

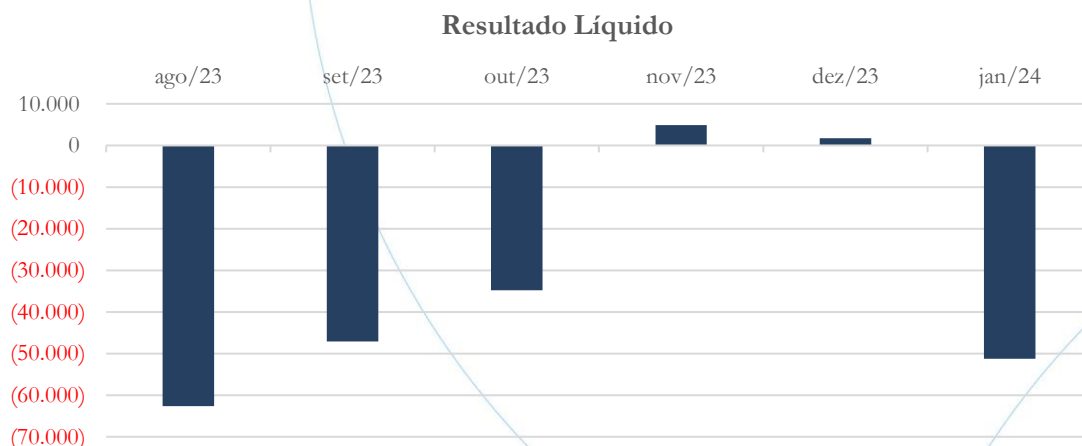
Gráfico 16



O Grupo registrou receitas financeiras líquidas nos meses de novembro/2023 (R\$ 13,7 milhões) e dezembro/2023 (R\$ 5,3 milhões), porém, em janeiro/2024, apurou despesa financeira líquida no montante de R\$ 43,8 milhões. Essas flutuações se devem ao registro de variações cambiais, que totalizaram ganhos líquidos de R\$ 28,9 milhões em novembro/2023 e R\$ 22, 2 milhões em dezembro/2023. Em janeiro/2024, registraram-se perdas líquidas com variações cambiais no valor de R\$ 26,6 milhões.

5.2.6. Resultado Líquido

Gráfico 17





Tendo em vista o disposto acima, o Grupo registrou prejuízo líquido de R\$ 189,1 milhões de agosto/2023 a janeiro/2024. No período de 3 (três) meses findo em janeiro/2024, o prejuízo líquido apurado totalizou R\$ 44,6 milhões, significativamente influenciado pelos ganhos líquidos de variação cambial auferidos nesse período.

5.3. Demonstrativo do Fluxo de Caixa

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade da empresa de gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos. Nesse sentido e, segundo Sérgio Adriano¹¹:

A DFC informa as entradas em dinheiro e as saídas em dinheiro de uma empresa em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil, que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente de caixa resulta no saldo final de caixa mais o equivalente de caixa.

A DFC compreende os fluxos de caixa gerado ou utilizado nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

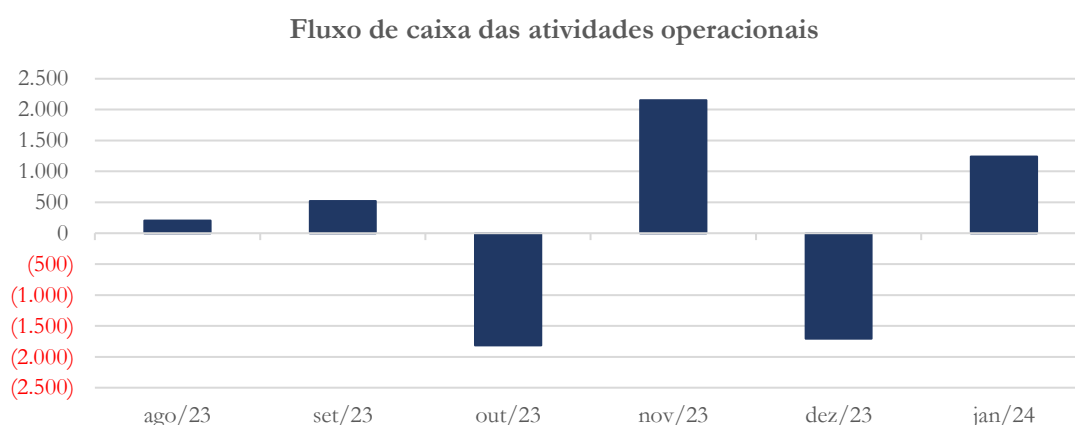
5.3.1. Atividades Operacionais

¹¹ Adriano, Sérgio. *Manual dos pronunciamentos contábeis comentados*, 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018:217.



Como resultado da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas pela empresa são suficientes para amortizar empréstimos, manter sua capacidade operacional, pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio, bem como realizar novos investimentos.

Gráfico 18



Conforme se pode verificar no gráfico acima, as operações durante os meses de novembro/2023 e janeiro/2024 geraram caixa nos montantes, de R\$ 2,1 milhões e R\$ 1,2 milhão, respectivamente. Nos mês de dezembro/2023, as operações consumiram caixa no montante de R\$ 1,7 milhões.

5.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessa atividade representa os gastos com despesas de capital ou gerados por atividades de investimento, visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de investimento.

5.3.3. Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa as entradas com empréstimos e financiamentos de curto prazo, assim como saídas com pagamento destas dívidas e pagamento de proventos aos acionistas.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de financiamento.

5.4. Índices e Indicadores

Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil de uma empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas, possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações financeiras.

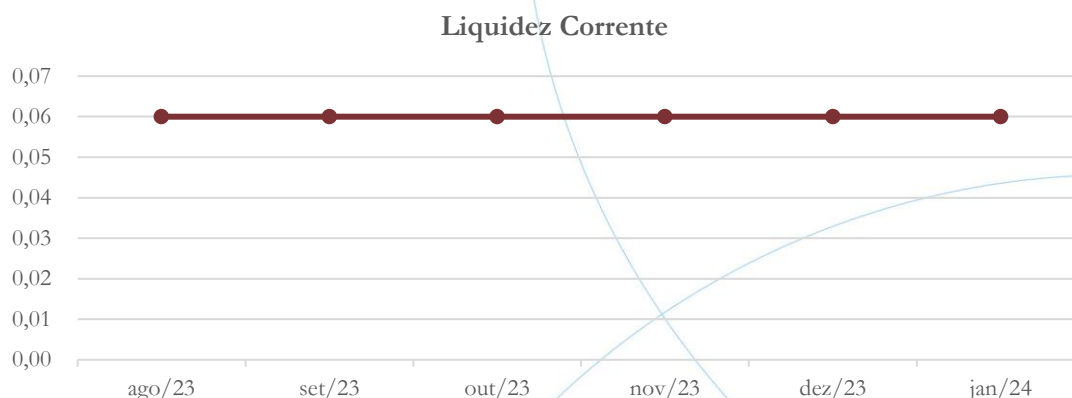
5.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente¹² – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa tem condições financeiras de honrar suas obrigações imediatas, ou seja, aquelas de curto prazo.

¹² Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.



Gráfico 19



Conforme demonstrado no gráfico acima, este índice se mantém constante, indicando que o Grupo dispõe de R\$ 0,06 para honrar cada R\$ 1,00 de passivo de curto prazo contabilizado.

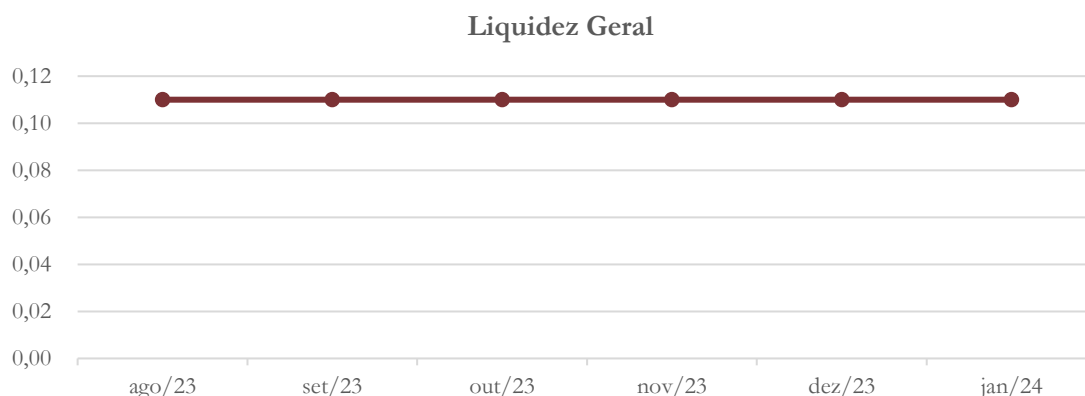
5.4.2. Liquidez Geral

Objetiva comparar a capacidade da empresa a curto e a longo prazos¹³. Neste sentido, quando o resultado deste indicador for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, conseqüentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

¹³ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.



Gráfico 20

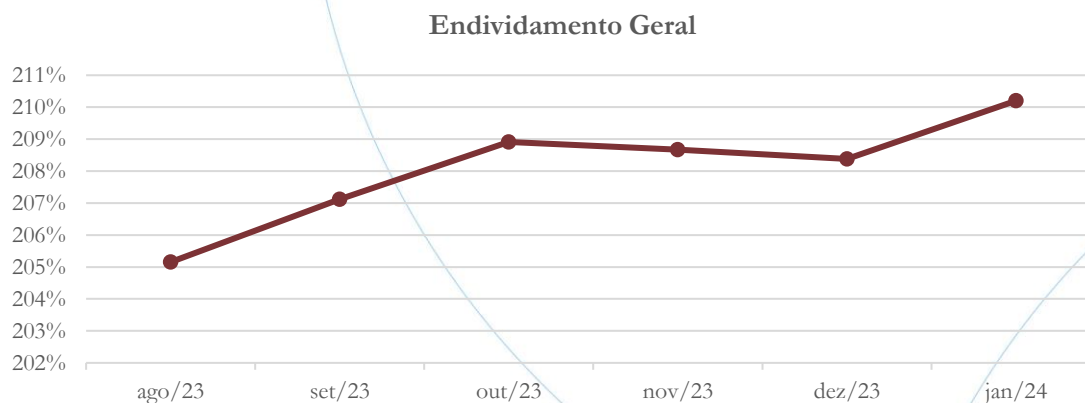


Semelhantemente ao índice de liquidez corrente, não se verificam alterações no índice de liquidez geral, que se manteve, durante todo o período, em R\$ 0,11 para cada R\$ 1,00. Isso se explica pela variação pouco expressiva da totalidade dos ativos e passivos circulantes e não circulantes durante o período sob análise.

5.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que a empresa utiliza no período sob análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

Gráfico 21

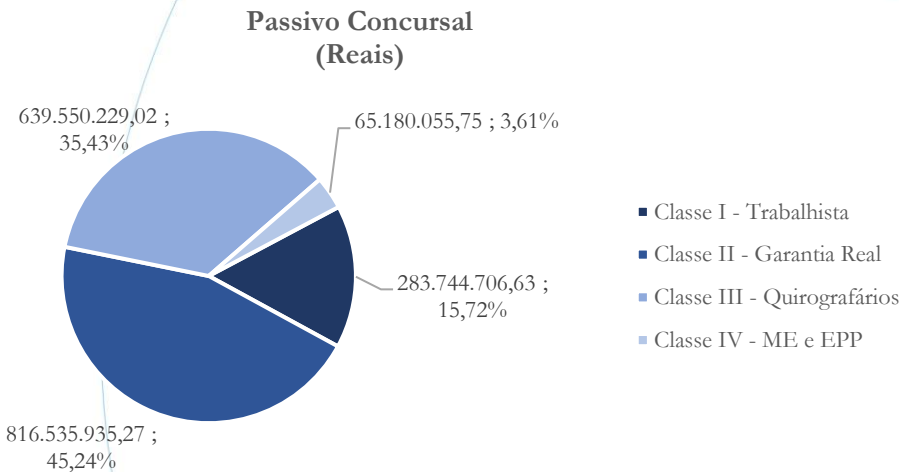


Observando o gráfico acima verifica-se elevação deste índice, que se encontra em alto patamar, indicando relevante índice de endividamento. Em janeiro/2024, o endividamento do Grupo, representando pelos seus passivos circulantes e não circulantes, excedia os ativos totais em cerca de 110%.

6. Passivo concursal

A recuperanda possui o seguinte passivo concursal:

Gráfico 22

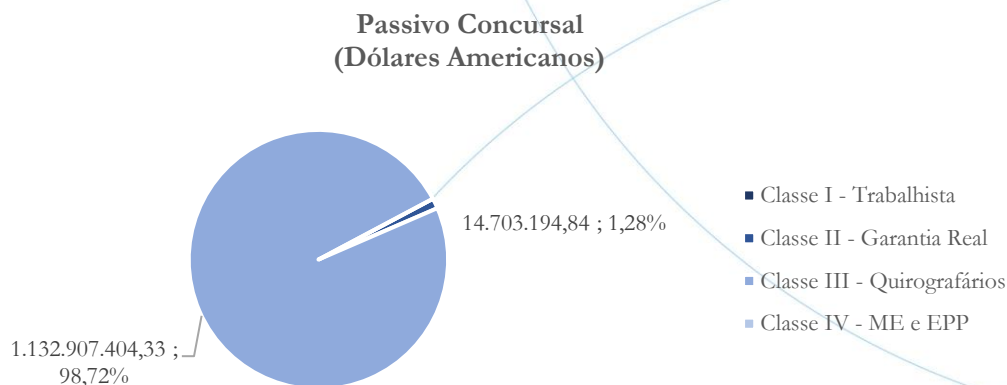


O passivo concursal (em R\$), conforme a lista do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, totaliza R\$ 1,8 bilhão, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em R\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	283.744.706,63	15,72%
Classe II - Garantia Real	816.535.935,27	45,24%
Classe III - Quirografários	639.550.229,02	35,43%
Classe IV - ME e EPP	65.180.055,75	3,61%
Total	1.805.010.926,67	100,00%

A Classe I, trabalhista, representa 15,72% do crédito sujeito a recuperação judicial, enquanto a Classe II, credores que possuem garantia real, 45,24%. A Classe III, quirografários, representa 35,43% e a Classe IV, 3,61% do valor total do crédito.

Gráfico 23



O GVO possui passivo concursal em dólares americanos no valor de US\$ 1,16 bilhão, conforme tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em US\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	0,00	0,00%
Classe II - Garantia Real	14.703.194,84	1,28%
Classe III - Quirografários	1.132.907.404,33	98,72%
Classe IV - ME e EPP	0,00	0,00%
Total:	1.147.610.599,17	100,00%

Em 31/01/2022, o passivo concursal convertido pela Ptax do Banco Central (R\$ 5,3574/USD) totalizava R\$6.148.209.023,99 perfazendo um passivo concursal no valor de R\$7,953 bilhões.

O Grupo possui ainda passivo extraconcursal no valor de R\$ 1,16 bilhão.



7. Análise e considerações finais

Como se pode observar dos comentários contidos neste relatório, o Grupo apresenta reduzida atividade operacional. No período de novembro/2023 a janeiro/2024 houve faturamento apenas no mês de dezembro/2023, por venda de cana, no valor de apenas R\$ 2,6 milhões.

Esse fluxo de receitas foi insuficiente para fazer face aos custos e despesas operacionais, que totalizaram R\$ 18,8 milhões. As depreciações e amortizações totalizaram R\$ 4,0 milhões. As despesas financeiras líquidas atingiram R\$ 24,7 milhões de novembro/2023 a janeiro/2024, fortemente beneficiadas por resultado líquido positivo de variações cambiais registrado nesse período, no total de R\$ 24,5 milhões.

Sendo assim, o prejuízo líquido apurado no período de 3 (três) meses findo em janeiro/2024 totalizou R\$ 44,6 milhões.

No que concerne à estrutura patrimonial e financeira do Grupo, observa-se significativo déficit de capital de giro, da ordem de R\$ 4,4 bilhões, dado o elevado volume do passivo tributário acumulado e valores sujeitos a concurso. Os recursos em caixa são bastante reduzidos e os índices de liquidez se mostram significativamente comprimidos.

No mais, continuaremos acompanhando!

8. Acompanhamento processual

Recuperação Judicial

ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.
11/07/2022	• PRJ consolidado
11/07/2022	• Aprovação do PRJ
08/12/2022	• Homologação do PRJ
17/02/2023	• Edital – UPI Terras I

Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

9. Anexos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
30 de novembro de 2023.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

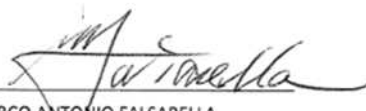
Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2023.

Ariranha (SP), 21 de dezembro de 2023.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	30/11/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.766
Contas a Receber	3	633
Estoques	4	4.277
Impostos a Recuperar	5	85.967
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		5.503
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	166.201
Total do ativo circulante		265.347
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		262.277
Outros Créditos	6	3.119
Ativo Fiscal Diferido		14.916
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		280.313
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.590.353
Depreciação Acumulada		(500.107)
Direito de Uso		48
		<u>1.869.236</u>
Total do ativo não circulante		2.149.549
Total do ativo		2.414.895

PASSIVO

Circulante	Nota	30/11/2023
Fornecedores		11.004
Empréstimos e Financiamentos		-
Salários a Pagar e Encargos Sociais		1.742
Contas a pagar - Cooperativa	9	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.278.340
Outras Contas a Pagar		32.287
Contas a Pagar PRJ	11	2.245.344
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		4.621.448
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	9	64.359
Provisão para Contingências	12	52.230
Passivo Fiscal Diferido		0
Partes Relacionadas - Passivo	13	300.934
Impostos e Contribuições a Recolher		276
Outras Contas a Pagar		-
Total do passivo não circulante		417.798
Patrimônio Líquido		
Capital Social	14	48.679
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.690.746)
Total do patrimônio líquido		(2.624.352)
Total do passivo		5.039.247
Total do passivo e patrimônio líquido		2.414.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	30/11/2023	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	15	4	976
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	(20)
Receita líquida de vendas		4	956
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		(4)	(4)
Lucro (prejuízo) bruto		-	952
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	16	(2.724)	(26.626)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(5.001)	(2.299)
Total das despesas operacionais		(7.724)	(28.924)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(7.724)	(27.972)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.332)	(9.793)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(9.057)	(37.766)
Resultado financeiro	17		
Receitas Financeiras		17	162
Despesas Financeiras		(15.211)	(114.109)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		28.951	15.472
Resultado financeiro líquido		13.757	(98.475)
IRPJ / CSLL - Diferido		197	900
Lucro (prejuízo) do período		4.898	(135.340)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	30/11/2023	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	4.898	(135.340)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	4.898	(135.340)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido
 Exercícios societários de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2023
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2023	48.679	7.519	10.196	(2.555.406)	(2.489.012)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(135.340)	(135.340)
Em 30 de novembro de 2023	<u>48.679</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.690.746)</u>	<u>(2.624.352)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	30/11/2023	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	4.898	(135.340)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.332	9.793
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	(0)	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	-	0
	6.230	(125.547)
Variação nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	690	5.733
Estoques	(176)	3.542
Adiantamentos a fornecedores	(74)	(224)
Outros créditos	(221)	2.938
Ativos e passivos fiscais diferidos	(197)	(900)
Fornecedores	(32)	(140)
Salários e encargos sociais	135	(165)
Depósitos Judiciais	-	7
Impostos e contribuições a recolher	14.546	108.115
Outras contas a pagar	10.203	13.101
Contas a Pagar PRJ	(28.951)	(15.472)
Partes relacionadas	(1)	10.222
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.152	1.210
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	-	(46)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	(46)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.152	1.164
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2.766	2.766
No início do período	614	1.602
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.152	1.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 7 (sete) meses findos em 30 de novembro de 2023.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ *IAS 41 – Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	30/11/2023
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.423
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.772
Outros	1.772
	<u>85.967</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	30/11/2023
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	165.882
Empréstimos compulsórios	2.652
Demais contas a receber	787
	<u>169.321</u>
 Ativo circulante	 166.201
Ativo não circulante	3.119
	<u>169.320</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	30/11/2023
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída *(estão sendo apresentados em Reais – R\$)* conforme segue:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenícia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecra S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISSET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	<u>281.562,12</u>	<u>(281.562,12)</u>

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

	30/11/2023			31/10/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	(148.234)	5.679	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	(54.200)	35.986	36.133
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	(272.370)	108.518	109.685
Móveis e utensílios	9.163	(7.665)	1.498	1.510
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	(17.638)	1.824	1.831
	1.590.352	(500.107)	1.090.245	1.091.578

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Descrição	Saldo em 31/10/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2023
Lavouras de cana-de-açúcar	5.679	-	-	-	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	-	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	36.133	-	(147)	-	35.986
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	109.685	-	(1.167)	-	108.518
Móveis e utensílios	1.510	-	(12)	-	1.498
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.831	-	(7)	-	1.824
	<u>1.091.578</u>	<u>-</u>	<u>(1.333)</u>	<u>-</u>	<u>1.090.245</u>

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

	30/11/2023			31/10/2023
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(81.015)	4.899	4.899
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.788)	1.413	1.426
Outras imobilizações	9.868	(8.761)	1.107	1.109
	<u>105.983</u>	<u>(98.564)</u>	<u>7.419</u>	<u>7.434</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/10/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 30/11/2023
Lavouras de cana-de-açúcar	4.899	-	-	-	4.899
Edifícios e benfeitorias	1.426	-	(13)	-	1.413
Outras imobilizações	1.109	-	(2)	-	1.107
	<u>7.434</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>7.419</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool:

	30/11/2023			31/10/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.365	(10.771)	8.594	8.628
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	60.213	(48.030)	12.183	12.307
Móveis e utensílios	6.399	(5.027)	1.372	1.380
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	456	(162)	294	295
	<u>426.633</u>	<u>(63.990)</u>	<u>362.643</u>	<u>362.810</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/10/2023	Adições	Depreciações	Baixas	30/11/2023
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.628	-	(34)	-	8.594
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.307	-	(124)	-	12.183
Móveis e utensílios	1.380	-	(8)	-	1.372
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	295	-	(1)	-	294
	<u>362.810</u>	<u>-</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>362.643</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

	30/11/2023			31/10/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.341)	25.979	26.079
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(224.340)	96.335	97.378
Móveis e utensílios	2.764	(2.638)	126	130
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	732.941	(248.319)	484.622	485.769

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em	
Descrição	31/10/2023	Adições	Depreciações	Baixas	30/11/2023	
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916	
Edifícios e benfeitorias	26.079	-	(100)	-	25.979	
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	97.378	-	(1.043)	-	96.335	
Móveis e utensílios	130	-	(4)	-	126	
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942	
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324	
	485.769	-	(1.147)	-	484.622	

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

	30/11/2023			31/10/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(67.219)	780	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.300	(13.300)	-	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	9.138	(8.715)	423	427
	324.795	(89.234)	235.561	235.565

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/10/2023	Adições	Depreciações	Baixas	30/11/2023
Lavouras de cana-de-açúcar	780	-	-	-	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	427	-	(4)	-	423
	235.565	-	(4)	-	235.561

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	30/11/2023
Salários e honorários e encargos a pagar	711
Provisão de férias e encargos	653
Provisão para 13 salário e encargos	378
	1.742

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

	30/11/2023
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.822
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.657
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	(10.847)
Total	117.045
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	64.359
	117.045

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	30/11/2023
Tributos Estaduais	728.549
Tributos Federais	1.374.119
Tributos Municipais	6.418
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	162.715
Tributos Sindicais	6.539
	2.278.340

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

	30/11/2023
Credores Classe I - Trabalhistas	276.443
Credores Classe II - Com garantias	670.737
Credores Classe III - Quirografários	1.214.691
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	20.365
Credores Extraconcursais	63.108
	2.245.344

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 52.230, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	30/11/2023
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.839
Hermelindo Ruete de Oliveira	76.844
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	300.934

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
 Valores em Milhares de Reais

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em re	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Ru	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334.603</u>		<u>1.285.923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e as Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>30/11/2023</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	20
Outras vendas - cereais (soja e outros)	<u>956</u>
Receita Bruta das vendas	976
(-) Impostos sobre vendas	<u>(20)</u>
Receita líquida das vendas	<u>956</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>30/11/2023</u>
Despesas com pessoal	6.685
Serviços de terceiros	14.006
Taxas e tributos	4.350
Diversos	<u>1.585</u>
	<u>26.626</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 30 de novembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	30/11/2023
Receitas financeiras	
Outras operações	162
	162
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(104.214)
Outras despesas financeiras	(9.895)
	(114.109)
Variações cambiais liquidas	15.472
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro liquido	(98.475)


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


MARCO ANTONIO FALSARELLA
 CONTADOR CRC 1SP139056/O-4

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

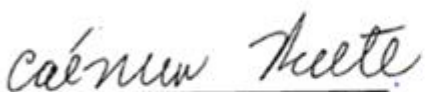
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 8 (oito) meses findos em 31 de dezembro de 2023.

Ariranha (SP), 23 de fevereiro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.060
Contas a Receber	3	3.290
Estoques	4	5.065
Impostos a Recuperar	5	86.064
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		10.011
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	165.916
Total do ativo circulante		271.407
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		262.332
Outros Créditos	6	3.132
Ativo Fiscal Diferido		14.993
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		280.457
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.590.354
Depreciação Acumulada		(501.438)
Direito de Uso		46
		<u>1.867.904</u>
Total do ativo não circulante		2.148.362
Total do ativo		2.419.768

PASSIVO

Circulante	Nota	31/12/2023
Fornecedores		10.971
Empréstimos e Financiamentos		6.195
Salários a Pagar e Encargos Sociais		1.452
Contas a pagar - Cooperativa	9	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.295.491
Outras Contas a Pagar		33.322
Contas a Pagar PRJ	11	2.223.133
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		4.623.295
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	9	64.584
Provisão para Contingências	12	51.111
Passivo Fiscal Diferido		-
Partes Relacionadas - Passivo	13	303.122
Impostos e Contribuições a Recolher		276
Outras Contas a Pagar		-
Total do passivo não circulante		419.093
Patrimônio Líquido		
Capital Social	14	48.679
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.689.014)
Total do patrimônio líquido		(2.622.620)
Total do passivo		5.042.388
Total do passivo e patrimônio líquido		2.419.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/12/2023	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	15	2.655	3.631
Impostos Indicentes Sobre Vendas		(54)	(74)
Receita líquida de vendas		2.601	3.556
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	(4)
Lucro (prejuízo) bruto		2.601	3.552
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	16	(5.806)	(32.432)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		879	(1.419)
Total das despesas operacionais		(4.927)	(33.851)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(2.326)	(30.299)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.332)	(11.125)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(3.658)	(41.424)
Resultado financeiro	17		
Receitas Financeiras		19	181
Despesas Financeiras		(16.917)	(131.026)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		22.212	37.684
Resultado financeiro líquido		5.314	(93.161)
IRPJ / CSLL - Diferido		77	977
Lucro (prejuízo) do período		1.733	(133.607)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/12/2023	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	1.733	(133.607)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	1.733	(133.607)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 8 (oito) meses findos em 31 de dezembro de 2023
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2023	48.679	7.519	10.196	(2.555.406)	(2.489.013)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(133.607)	(133.607)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>48.679</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.689.013,73)</u>	<u>(2.622.621)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/12/2023	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do periodo	1.733	(133.607)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.332	11.125
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalencia patrimonial	0	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	-
Juros e variações monetarias e cambiais liquidas	6.195	6.195
	9.259	(116.288)
Variação nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	(2.657)	3.076
Estoques	(787)	2.755
Adiantamentos a fornecedores	(4.518)	(4.742)
Outros créditos	128	3.067
Ativos e passivos fiscais diferidos	(77)	(977)
Fornecedores	(34)	(175)
Salarios e encargos sociais	(290)	(455)
Depositos Judiciais	-	7
Impostos e contribuições a recolher	17.151	125.266
Outras contas a pagar	141	13.242
Contas a Pagar PRJ	(22.211)	(37.684)
Partes relacionadas	2.190	12.412
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.706)	(495)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	-	(46)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	(46)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1.706)	(542)
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do periodo	1.060	1.060
No inicio do periodo	2.766	1.602
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(1.706)	(542)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 8 (oito) meses findos em 31 de dezembro de 2023.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	31/12/2023
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.398
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	24.937
Outros	1.730
	<u>86.064</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/12/2023
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	165.883
Empréstimos compulsórios	2.665
Demais contas a receber	501
	<u>169.049</u>
 Ativo circulante	 165.916
Ativo não circulante	<u>3.132</u>
	<u>169.049</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/12/2023
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuária Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenícia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecra S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISSET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	<u>281.562,12</u>	<u>(281.562,12)</u>

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

	31/12/2023		30/11/2023	
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	(148.234)	5.679	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	(54.348)	35.838	35.986
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	(273.536)	107.352	108.518
Móveis e utensílios	9.163	(7.677)	1.486	1.498
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	(17.643)	1.819	1.824
	<u>1.590.352</u>	<u>(501.438)</u>	<u>1.088.914</u>	<u>1.090.245</u>

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Descrição	Saldo em 30/11/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Lavouras de cana-de-açúcar	5.679	-	0	-	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	-	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.986	-	(148)	-	35.838
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	108.518	-	(1.166)	-	107.352
Móveis e utensílios	1.498	-	(12)	-	1.486
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.824	-	(5)	-	1.819
	<u>1.090.245</u>	<u>-</u>	<u>(1.331)</u>	<u>-</u>	<u>1.088.914</u>

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

	31/12/2023			30/11/2023
	Depreciação			
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(81.015)	4.899	4.899
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.802)	1.399	1.413
Outras imobilizações	9.868	(8.763)	1.105	1.107
	<u>105.983</u>	<u>(98.580)</u>	<u>7.403</u>	<u>7.419</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Lavouras de cana-de-açúcar	4.899	-	0	-	4.899
Edifícios e benfeitorias	1.413	-	(14)	-	1.399
Outras imobilizações	1.107	-	(2)	-	1.105
	<u>7.419</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>7.403</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool:

	31/12/2023			30/11/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.365	(10.805)	8.560	8.594
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	60.213	(48.154)	12.059	12.183
Móveis e utensílios	6.399	(5.036)	1.363	1.372
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	456	(162)	294	294
	426.633	(64.157)	362.476	362.643

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	30/11/2023	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2023
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.594	-	(34)	-	8.560
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.183	-	(124)	-	12.059
Móveis e utensílios	1.372	-	(9)	-	1.363
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	294	-	(0)	-	294
	362.643	-	(167)	-	362.476

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/12/2023			30/11/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.441)	25.879	25.979
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(225.382)	95.293	96.335
Móveis e utensílios	2.764	(2.641)	123	126
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	732.941	(249.464)	483.477	484.622

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 30/11/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.979	-	(100)	-	25.879
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	96.335	-	(1.042)	-	95.293
Móveis e utensílios	126	-	(3)	-	123
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	484.622	-	(1.145)	-	483.477

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

	31/12/2023			30/11/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(67.219)	780	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.300	(13.300)	-	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	9.138	(8.718)	420	423
	324.795	(89.237)	235.558	235.561

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em			Saldo em	
Descrição	30/11/2023	Adições	Depreciações	Baixas	31/12/2023
Lavouras de cana-de-açúcar	780	-	-	-	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	423	-	(3)	-	420
	235.561	-	(3)	-	235.558

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/12/2023
Salários e honorários e encargos a pagar	596
Provisão de férias e encargos	856
Provisão para 13 salário e encargos	-
	1.452

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

	<u>31/12/2023</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(10.623)</u>
Total	<u>117.270</u>
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	<u>64.584</u>
	<u>117.270</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2023</u>
Tributos Estaduais	734.785
Tributos Federais	1.384.269
Tributos Municipais	31.531
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	138.367
Tributos Sindicais	<u>6.539</u>
	<u>2.295.491</u>

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/12/2023
Credores Classe I - Trabalhistas	276.443
Credores Classe II - Com garantias	669.706
Credores Classe III - Quirografários	1.193.510
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	20.366
Credores Extraconcursais	63.108
	2.223.133

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante **de R\$ 52.230**, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em **R\$ 81.438**.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/12/2023
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.839
Hermelindo Ruete de Oliveira	79.032
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	303.122

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Alcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imóveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334.603</u>		<u>1.285.923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e as Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	3.145
Outras vendas - cereais (soja e outros)	<u>485</u>
Receita Bruta das vendas	3.631
(-) Impostos sobre vendas	<u>(74)</u>
Receita líquida das vendas	<u>3.556</u>

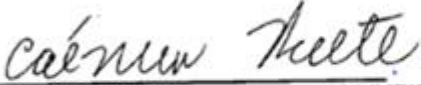
17 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>
Salários e honorários e encargos a pagar	596
Provisão de férias e encargos	856
Provisão para 13 salário e encargos	<u>-</u>
	<u>1.452</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>
Receitas financeiras	
Outras operações	<u>181</u>
	181
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(98.712)
Outras despesas financeiras	<u>(32.315)</u>
	(131.027)
Variações cambiais liquidas	<u>37.685</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(93.161)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de janeiro de 2024.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

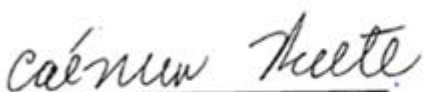
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 9 (nove) meses findos em 31 de janeiro de 2024.

Ariranha (SP), 23 de fevereiro de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO

Circulante	Nota	31/01/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.305
Contas a Receber	3	3.290
Estoques	4	6.382
Impostos a Recuperar	5	86.317
Contas a Receber - Cooperativa		-
Adiantamentos a Fornecedores		14.945
Ativo Biológico		-
Outros Créditos	6	165.966
Total do ativo circulante		279.204
Não Circulante		
Depósitos Judiciais		262.331
Outros Créditos	6	3.146
Ativo Fiscal Diferido		15.070
Partes Relacionadas - Ativo		-
Total do realizável a longo prazo		280.547
Investimentos	7	778.943
Imobilizado	8	
Custo		1.590.354
Depreciação Acumulada		(502.769)
Direito de Uso		46
		<u>1.866.573</u>
Total do ativo não circulante		2.147.119
Total do ativo		2.426.324

PASSIVO

Circulante	Nota	31/01/2024
Fornecedores		11.438
Empréstimos e Financiamentos		18.024
Salários a Pagar e Encargos Sociais		1.420
Contas a pagar - Cooperativa	9	52.686
Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.311.677
Outras Contas a Pagar		33.372
Contas a Pagar PRJ	11	2.249.758
Passivo de Arrendamentos		46
Total do passivo circulante		4.678.421
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos		-
Contas a pagar - Cooperativa	9	64.812
Provisão para Contingências	12	52.339
Passivo Fiscal Diferido		0
Partes Relacionadas - Passivo	13	304.312
Impostos e Contribuições a Recolher		276
Outras Contas a Pagar		-
Total do passivo não circulante		421.739
Patrimônio Líquido		
Capital Social	14	48.679
Reserva de Capital		7.519
Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Prejuízos Acumulados		(2.740.230)
Total do patrimônio líquido		(2.673.836)
Total do passivo		5.100.160
Total do passivo e patrimônio líquido		2.426.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/01/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	15	-	3.631
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	(74)
Receita líquida de vendas		-	3.556
Variação do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	(4)
Lucro (prejuízo) bruto		-	3.552
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	16	(3.124)	(35.556)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(3.038)	(4.458)
Total das despesas operacionais		(6.163)	(40.013)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(6.163)	(36.461)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.331)	(12.456)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(7.494)	(48.917)
Resultado financeiro	17		
Receitas Financeiras		15	196
Despesas Financeiras		(17.188)	(148.213)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(26.625)	11.058
Resultado financeiro líquido		(43.799)	(136.959)
IRPJ / CSLL - Diferido		77	1.054
Lucro (prejuízo) do período		(51.216)	(184.822)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE

	31/01/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(51.216)	(184.822)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(51.216)	(184.822)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 9 (nove) meses findos em 31 de janeiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2023	48.679	7.519	10.196	(2.555.406)	(2.489.013)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(184.822)	(184.822)
Em 31 de janeiro de 2024	<u>48.679</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.740.228,65)</u>	<u>(2.673.836)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	31/01/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(51.216)	(184.822)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.331	12.456
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Variação no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	11.829	18.024
	(38.055)	(154.342)
Variação nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	0	3.076
Estoques	(1.318)	1.438
Adiantamentos a fornecedores	(4.933)	(9.676)
Outros créditos	(314)	2.752
Ativos e passivos fiscais diferidos	(77)	(1.054)
Fornecedores	467	293
Salários e encargos sociais	(33)	(487)
Depósitos Judiciais	-	7
Impostos e contribuições a recolher	16.186	141.452
Outras contas a pagar	1.505	14.747
Contas a Pagar PRJ	26.625	(11.058)
Partes relacionadas	1.190	13.602
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.244	749
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratamentos culturais	-	(46)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	(46)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.244	703
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2.305	2.305
No início do período	1.060	1.602
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	1.245	703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 9 (nove) meses findos em 31 de janeiro de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

- a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	31/01/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.410
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25.175
Outros	1.732
	<u>86.317</u>

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/01/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	165.883
Empréstimos compulsórios	2.679
Demais contas a receber	550
	<u>169.111</u>
Ativo circulante	165.966
Ativo não circulante	3.146
	<u>169.111</u>

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/01/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	<u>778.943</u>

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenícia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecra S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISSET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISSET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	<u>281.562,12</u>	<u>(281.562,12)</u>

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

	31/01/2024		31/12/2023	
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	(148.234)	5.679	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	(54.496)	35.690	35.872
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	(274.702)	106.186	107.476
Móveis e utensílios	9.163	(7.689)	1.474	1.495
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	(17.649)	1.813	1.819
	<u>1.590.352</u>	<u>(502.769)</u>	<u>1.087.583</u>	<u>1.089.081</u>

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	5.679	-	-	-	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	-	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.872	-	(181)	-	35.690
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	107.476	-	(1.290)	-	106.186
Móveis e utensílios	1.495	-	(21)	-	1.474
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.819	-	(6)	-	1.813
	<u>1.089.081</u>	<u>-</u>	<u>(1.498)</u>	<u>-</u>	<u>1.087.583</u>

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

	31/01/2024			31/12/2023
	Depreciação			
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(81.015)	4.899	4.899
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.816)	1.385	1.399
Outras imobilizações	9.868	(8.765)	1.103	1.105
	<u>105.983</u>	<u>(98.596)</u>	<u>7.387</u>	<u>7.403</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em 31/01/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	4.899	-	-	-	4.899
Edifícios e benfeitorias	1.399	-	(14)	-	1.385
Outras imobilizações	1.105	-	(2)	-	1.103
	<u>7.403</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>7.387</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool:

	31/01/2024			31/12/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.365	(10.839)	8.526	8.594
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	60.213	(48.278)	11.935	12.183
Móveis e utensílios	6.399	(5.044)	1.355	1.372
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	456	(163)	293	294
	426.633	(64.324)	362.309	362.643

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciações	Baixas	31/01/2024
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.594	-	(68)	-	8.526
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	12.183	-	(248)	-	11.935
Móveis e utensílios	1.372	-	(17)	-	1.355
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	294	-	(1)	-	293
	362.643	-	(334)	-	362.309

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

	31/01/2024			31/12/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.541)	25.779	25.879
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(226.424)	94.251	95.293
Móveis e utensílios	2.764	(2.644)	120	123
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	<u>732.941</u>	<u>(250.609)</u>	<u>482.332</u>	<u>483.477</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em				Saldo em
Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciações	Baixas	31/01/2024
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.879	-	(100)	-	25.779
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	95.293	-	(1.042)	-	94.251
Móveis e utensílios	123	-	(3)	-	120
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	<u>483.477</u>	<u>-</u>	<u>(1.145)</u>	<u>-</u>	<u>482.332</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

	31/01/2024			31/12/2023
		Depreciação		
Descrição	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(67.219)	780	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.300	(13.300)	-	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	9.138	(8.722)	416	420
	<u>324.795</u>	<u>(89.241)</u>	<u>235.554</u>	<u>235.558</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

	Saldo em			Saldo em	
Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciações	Baixas	31/01/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	780	-	-	-	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	420	-	(4)	-	416
	<u>235.558</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>235.554</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	31/01/2024
Salários e honorários e encargos a pagar	564
Provisão de férias e encargos	856
Provisão para 13 salário e encargos	-
	<u>1.420</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

	31/01/2024
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	(10.395)
Total	117.498
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	64.812
	117.498

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/01/2024
Tributos Estaduais	740.980
Tributos Federais	1.394.263
Tributos Municipais	31.538
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	138.357
Tributos Sindicais	6.539
	2.311.677

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/01/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	276.443
Credores Classe II - Com garantias	670.943
Credores Classe III - Quirografários	1.218.898
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	20.366
Credores Extraconcursais	63.108
	<u>2.249.758</u>

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante **de R\$ 52.230**, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em **R\$ 81.438**.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/01/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.839
Hermelindo Ruete de Oliveira	80.222
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	<u>304.312</u>

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em re	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rui	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334.603</u>		<u>1.285.923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e as Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>31/01/2024</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	3.145
Outras vendas - cereais (soja e outros)	<u>485</u>
Receita Bruta das vendas	3.631
(-) Impostos sobre vendas	<u>(74)</u>
Receita líquida das vendas	<u>3.556</u>

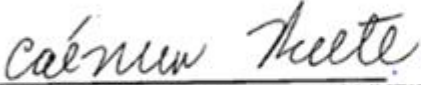
17 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/01/2024</u>
Despesas com pessoal	9.095
Serviços de terceiros	20.686
Taxas e tributos	3.885
Diversos	<u>1.889</u>
	<u>35.556</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de janeiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	31/01/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	196
	<u>196</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(111.986)
Outras despesas financeiras	(36.227)
	<u>(148.213)</u>
Variações cambiais liquidas	<u>11.059</u>
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	<u>-</u>
Resultado financeiro liquido	<u>(136.958)</u>


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *